

## EDITORIAL

# AFINAL, DE QUEM É A RESPONSABILIDADE PELA NÃO APLICAÇÃO DOS 7,66% EM 2005?

Não existem atos, tampouco "crises econômicas" que justifiquem a um empregador tolher direitos trabalhistas de seus empregados. Principalmente verbas alimentícias, resultantes da execução de um trabalho.

É por esse motivo que a Justiça Trabalhista decidiu condenar a PUC-SP no pagamento do índice de 7,66% aos salários dos Professores na ativa em 2005. Por sinal, índice que foi aplicado a todas as Instituições de ensino superior naquele ano, conforme acordo coletivo mantido com o Sinpro-SP. Porque só a PUC-SP não cumpriu com a deliberação da convenção coletiva de trabalho?

Surpreende o fato da PUC-SP contestar veementemente tal decisão judicial, não só por considerá-la ilegal, mas alegando a falta de "sensibilidade" dos professores na questão financeira da instituição. Isso faz crer que a PUC-SP entende ser superior a qualquer outro empregador e que a culpa da sua má administração é daqueles que pleiteiam seus direitos.

A APROPUC, por anos, tentou estabelecer um acordo com a PUC-SP, no que se refere ao índice de 2005. Foram feitas propostas que estabeleciam um pagamento parcelado e futuro, mas integral, garantindo a aplicação em oito anos estancando a cobrança de juros, porém nada foi aceito. E foi depois disso que os professores, reunidos em assembleia, decidiram entrar na Justiça do Trabalho, para garantir um direito consagrado pela Constituição Federal.

Cria-se um sério e perigoso precedente ao se admitir que a "crise financeira" sirva para justificar a falta de aplicação dos direitos trabalhistas aos professores. O que virá depois dos atrasos sala-

riais ocorridos, das arbitrárias demissões em massa, da falta de aplicabilidade do 7,66%, da existência de mais de uma tabela salarial e da chamada "otimização das horas" que redundará na má exploração do trabalho?

Afinal, de quem é a responsabilidade pela não negociação do índice de 7,66% em 2005? Da instituição de ensino que deveria pagar o salário de acordo com o que foi pactuado com a classe, ou do professor que sempre trabalhou para essa mesma instituição e hoje vê-se privado de um de seus direitos fundamentais?

O professor é um empregado da instituição de ensino e não sócio.

É deplorável que uma universidade, que deveria zelar pelo direito, pratique tantas irregularidades contra os seus empregados, que tem obtido êxito na Justiça Trabalhista. Para quem participou da sua história, ver esses atos é uma verdadeira tortura. Os professores, que juntamente com funcionários e estudantes vêm construindo a história da PUC-SP, não podem ser condenados por pleitear o recebimento de um direito consagrado que lhe é devido.

A universidade não reconhece o direito daqueles professores que querem receber integralmente aquilo que é devido. Salientamos: um direito assegurado e garantido pela Lei Trabalhista, independentemente de ser 1, 2 ou 1000 professores.

Por isso, comemora-se a decisão judicial por ser um resultado de uma incansável luta em restabelecer os direitos trabalhistas dentro da instituição. Por outro lado, lamenta-se a indignação e resistência da Fundação São Paulo em aplicar a Lei.

# Sinpro-SP comenta vitória dos professores da PUC-SP

Em seu site ([www.sinprosp.org.br](http://www.sinprosp.org.br)), o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo analisou a decisão da Justiça do Trabalho dando ganho de causa aos professores da PUC-SP que reivindicavam a incorporação do reajuste de 7,66% devido pela Fundação desde 2005. Segundo a matéria, "a decisão é uma extraordinária vitória do movimento dos professores da PUC-SP representa-

dos pelo Sinpro-SP e pela APROPUC, contra a arbitrariedade da atual gestão da universidade. Fracassou a tentativa da Fundação São Paulo de dividir o corpo docente da instituição e sai reforçada a capacidade de representação das entidades que assumiram a iniciativa do confronto."

A matéria foi divulgada em vários sites da internet, como os da Contee, Inter-sindical, Conlutas, entre

outros, provocando vários debates nas redes sociais.

## REAJUSTE DE 2011

Continuam as negociações para o reajuste de 2011 entre as mantenedoras e os sindicatos de professores do ensino superior. A reivindicação dos docentes é que os salários sejam reajustados em 9%, o que inclui um aumento real nos vencimentos docentes.

Além disso os docentes querem voltar à discussão do chamado trabalho tecnológico, que corresponde às tarefas que o professor realiza fora de sua sala de aula utilizando-se dos meios eletrônicos como internet e computadores. Nas negociações do ano passado foi aberta a possibilidade de discussão com as mantenedoras sobre a aplicação de um percentual já no atual reajuste.

### SEUS DIREITOS

## Processo da APROPUC reivindica reembolso de medicamentos à professora da PUC-SP

Uma professora da PUC-SP teve o diagnóstico de câncer de mama metastático em abril de 2008 e foi submetida a um tratamento médico específico com quimioterapia. A doença avançou e afetou o pulmão, ocasião em que o oncologista iniciou tratamento com manutenção de Avastin, Arimidez e Zometa, que minimizam os sintomas da doença e aumentam a sobrevivência do paciente com qualidade. Tais medicamentos são essenciais para evitar uma piora no estado de saúde da professora.

Em setembro de 2008 a professora foi surpreendida com a notícia de que o convênio médico não autorizou o uso de alguns medicamentos como o Avastin, Zometa, entre outros. Em 10/12/2008, a professora teve ciência de que o convênio médico se recusou a pagar os tratamentos e cobrou pelo pagamento das despesas não cobertas por ele no valor de R\$ 118.783,71.

A professora procurou a APROPUC e foi ajuizada

da ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada contra a SulAmérica Seguro Saúde S/A, com fundamento nas violações do Código de Defesa do Consumidor e da Lei 9656/98, pleiteando a condenação da seguradora ao custeio integral de seu tratamento quimioterápico, inclusive dos medicamentos Avastin e Zometa, enquanto necessários ao tratamento médico, e ao pagamento da quantia de R\$ 118.783,71, junto ao Hospital Sírio Libanês, e com pedido de tutela antecipada.

A ação foi julgada procedente, para condenar a ré ao custeio do integral tratamento quimioterápico da professora, inclusive com as drogas Avastin e Zometa, de materiais e de equipamentos prescritos pelo médico responsável até a alta médica; ao pagamento da dívida de R\$ 118.783,71 diretamente ao Hospital Sírio Libanês, confirmando a antecipação de tutela. A SulAmérica apelou e o processo aguarda julgamento da apelação.

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br)

**PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Ana Carolina Andrade, Marina D'Aquino e Thiago Cara

**Fotografia:** Luana Lila

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtorst

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

PRECARIZAÇÃO DO ENSINO E TRABALHO

# "Sobrecarregar o professor significa eliminar a possibilidade de um trabalho sério"

*Matilde Melo, doutora no departamento de Sociologia, ingressou na PUC-SP em 1987, com um longo percurso na Faculdade de Ciências Sociais, passando pela chefia de departamento e coordenação de curso. A seguir ela relata a sua situação após as medidas adotadas pelo Consad no final de 2010.*

## SOBRE A MAXIMIZAÇÃO DA MAXIMIZAÇÃO

"Atualmente estou com 35 horas de contrato, porque eu tinha duas opções ou eu não respiraria com cinco turmas e cinco programas ou tentaria um mínimo de condições de trabalho, que me permitissem manter, por exemplo, orientação de alunos e outras atividades docentes, como representações do departamento no conselho da faculdade, na comissão didática, comissão didática do curso de Turismo. São atividades que, unidas ao tempo que é consumido em sala de aula, ultrapassam o tempo definido contratualmente.

Tenho quatro turmas e quatro programas diferentes, três deles compreendendo orientação de pesquisa, com trabalhos individualizados, que implicam um trabalho sistemático de acompanhamento dos alunos e também tenho uma turma de TCC que, no caso de Ciências Sociais, não é remunerada.

Hoje, por exemplo, eu não teria aula na PUC-SP, mas estou aqui desde duas horas da tarde [a entrevista da professora foi concedida às 18h]. Pelo meu contrato de trabalho eu tive aula ontem à noite e desde as 14h comecei a revisar textos de alunos para dar-lhes um retorno; hoje, quando chegar em casa, vou ainda olhar o trabalho que meus 20 alunos de laboratório elaboraram, pois eles me mandam com antecedência; amanhã à tarde eu já leio o material dos meus alunos de quinta-feira de manhã e, em alguma hora, eu deverei preparar a aula de quinta-feira à noite.

Então, com 35 horas eu estou trabalhando segunda-feira, pela manhã,



VALELIO PAIVA

tarde e noite; terça à tarde e à noite; quarta, pela manhã e à tarde (e provavelmente à noite devo ter alguma atividade); na quinta também tenho atividades nos três períodos. E isso tudo para ter um contrato de 35 horas, então neste semestre eu reduzi porque senão ia ter que pegar mais uma turma. Até o semestre passado, se tivéssemos até quatro turmas poderíamos ter 40 horas. Agora, você sobrecarregar o professor, principalmente neste seu momento de vida, não tem sentido, porque não redundaria num trabalho sério."

## SERIEDADE PROFISSIONAL

"Eu poderia pegar outras turmas em cursos como a Psicologia, mas eu avalei bastante e percebi que nesse esquema, você não consegue fazer um trabalho sério. Hoje, eu tenho sete alunos de TCC aos quais eu dedico ao menos dois períodos por semana para analisar o material apresentado. Eu tive que recusar outras orientações por falta de tempo, o que sem dúvida prejudicou os alunos, porque são vários professores que chegam ao limite e não podem absorver mais alunos. Se eu fizer as contas, com um contrato de 35 horas, eu trabalho para a PUC-SP semanalmente 40 a 45 horas.

O aluno sente muito esta situação, principalmente pelo fato de precisar um apoio fora de sala de aula e saber que isto vai demandar muito do professor. No curso procuramos não comprometer aquilo que estamos ministrando. O aluno sente esta ausência de uma disponibilidade física que nós temos em decorrência da maxiexploração que vivemos, e aí ele começa a nos pedir "será que dá? Por favor!" e nesse momento deixa de ser uma relação profissional com o aluno, o que não é bom do ponto de vista acadêmico."

## SAÍDAS PARA A PRECARIZAÇÃO

"Acho que temos de parar e rever a questão do contrato, que vem sendo pedida há muito tempo. Por exemplo, orientação de alunos de graduação não ser remunerada é um absurdo. Você contar crédito por número de aulas e não considerar a diversidade de cursos que são ministrados, faz com que o professor deixe de ser um especialista e passe a ser um generalista e isto aumenta a precarização da sua condição de trabalho.

Antes da deliberação, tínhamos a possibilidade de montar um contrato que permitisse três disciplinas diferentes, mas um número de turmas que demandasse um trabalho fora da sala de aula menor. Eu creio que 16 horas é o limite para um contrato de 40 horas, porque além das atividades em sala de aula (incluindo aí a preparação, correção, etc.), você tem a orientação de alunos. E eu nem estou falando em pesquisa, porque qual a hora em que você vai fazer pesquisa?

De uma maneira geral, nós estamos nos aproximando do esquema que é comumente designado como "uniesquina": é aquele esquema de hora/aula, de professor sala de aula/correção de trabalho, onde embora o discurso seja pela valorização da condição acadêmica, não há condições objetivas para que isto aconteça."

# Consun adia novamente decisão sobre estudantes sindicados

A decisão do Consun extraordinário de 4/4, que tinha como pauta única a questão da nulidade da sindicância referente aos estudantes que ocuparam a Reitoria em 2007, foi novamente adiada. Mais uma vez os conselheiros mostraram-se divididos e, vários deles, manifestaram o desconforto em votar sobre um tema sob o qual não conheciam todos os detalhes. A aluna Viviane Cantarelli, uma das nove arroladas no processo sindicante aberto pela ex-reitora Maura Vêras para apurar a ocupação de 2007, encaminhou ao Consun um pedido de nulidade da condenação, uma vez que o processo foi viciado em vários aspectos.

A professora Marcia Dinamarco, relatora do processo, encaminhou parecer indicando que todos os sindicados deveriam ser ouvidos em novo processo. Já o pró-reitor de pós-graduação André Tavares, no seu pedido de vistas encaminhou pela nulidade do processo entendendo que aconteceram inúmeros vícios jurídicos.

Depois de duas sessões em discussão, o processo teve uma sessão extraordinária para deliberação final. Mas, diante do pedido de vistas do representante discente do Direito, Aldo Sauda, foi transferido, provavelmente, para a próxima sessão ordinária do conselho.

Os conselheiros também solicitaram que todo o processo seja enviado a cada um deles, com 15 dias de antecedência (o processo tem mais de mil páginas).



MARINA D'AQUINO

*A sessão do Consun, mais uma vez conduzida pela pró reitora Haydee Roverati, em virtude do impedimento do professor Dirceu de Mello*

## SINDICÂNCIA VICIADA

A APROPUC enviou nota aos conselheiros conclamando pela absolvição de todos os sindicados (e não só a ex-aluna Viviane), pelo caráter arbitrário e persecutório do processo. "Todo o conjunto desse processo político representa uma afronta à história da PUC-SP, autônoma e democrática, criando um grande mal estar dentro da universidade", diz o texto da APROPUC.

"Lembremos que o então conselheiro professor Dr. Dirceu de Mello, em seu voto no processo administrativo, declarou que era inadmissível escolher nove alunos para responderem por uma ação realizada por centenas ou milhares de estudantes. Outra irregularidade não apurada nesse processo é a denúncia de um ex-funcionário da própria Graber, conforme o *PUCviva* pode apurar, que afirmou que os seguranças receberam ordens da chefia para rasgarem seus uniformes e

simularem agressão, ajudando assim a incriminar os estudantes nos processos", conclui o documento.

O departamento de Jornalismo também aprovou em sua reunião de 5/4 uma moção de solidariedade ao pedido da estudante Viviane Cantarelli e pela absolvição de todos os estudantes punidos. A APROPUC conclama a todos os departamentos e professores da universidade a somarem as suas vozes àqueles que lutam pela nulidade do processo sindicante.

## No Consad, Fundação São Paulo critica ação da APROPUC

O Consad se reuniu novamente no dia 5/5 para discutir diversas questões sobre a universidade, entre elas estavam as relacionadas ao setor de Compras, Recursos Humanos e Eventos, além da aprovação de um projeto de acessibilidade para o prédio novo, mudança exigida pelo Ministério Público Federal.

Para encerrar a reunião, o conselheiro padre Rodolfo, retomou a discussão sobre a ação movida pela APROPUC contra a Fundação São Paulo, publicada na edição anterior do *PUCviva*.

O conselheiro disse que acredita ser um canto de vitória prematuro, por se tratar de uma sentença de 1ª instância, e também pelo

acordo individual proposto pela Fundação ter adesão de 90% dos professores da instituição. Afirmou ainda que a Fundação recorrerá até a última instância necessária, mesmo que seja o Superior Tribunal Federal (STF). Veja na capa desta edição o editorial da APROPUC sobre a sentença do julgamento do reajuste 7,66%.

# Organização dos Estados Americanos solicita suspensão imediata de Belo Monte

**Altamira (PA) / Washington (EUA)** - A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) solicitou oficialmente que o governo brasileiro suspenda imediatamente o processo de licenciamento e construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no Pará, citando o potencial prejuízo da construção da obra aos direitos das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu. De acordo com a CIDH, o governo deve cumprir a obrigação de realizar processos de consulta "prévia, livre, informada, de boa-fé e culturalmente adequada", com cada uma das comunidades indígenas afetadas antes da construção da usina. O Itamaraty recebeu prazo de quinze dias para informar à OEA sobre o cumprimento da determinação.

A decisão da CIDH é uma resposta à denúncia encaminhada em novembro de 2010 em nome de várias comunidades tradicionais da bacia do Xingu pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Prelazia do Xingu, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Justiça Global e Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA). De acordo com a denúncia, as comunidades indígenas e ribeirinhas da região não foram consultadas de forma apropriada sobre o projeto que, caso seja levado adiante, vai causar impactos socioambientais irreversíveis, forçar o deslocamento de milhares de pessoas e ameaçar uma das regiões de maior valor para a conservação da biodiversidade na Amazônia.

"Ao reconhecer os direitos dos povos indígenas à consulta prévia e informada, a CIDH está determinando que o governo brasileiro paralise o processo de construção de Belo Monte e garanta o direito de decidir dos indígenas", disse Roberta Amanajás, advogada da SDDH. "Dessa forma, a continuidade da obra sem a realização das oitivas indígenas se constituirá em descumprimento da determinação da CIDH e violação ao direito internacional e o governo brasileiro poderá ser res-

ponsabilizado internacionalmente pelos impactos negativos causados pelo empreendimento".

"A decisão da OEA é um alerta para o governo e um chamado para que toda a sociedade brasileira discuta amplamente este modelo de desenvolvimento autoritário e altamente predatório que está sendo implementado no Brasil", afirma Andressa Caldas, diretora da Justiça Global. Andressa lembra exemplos de violações de direitos causados por outras gran-

nunciar o governo e a justiça brasileira pelas violações contra os direitos dos povos indígenas do Xingu e de todos que estão juntos nesta luta em defesa da vida e do meio ambiente. Continuaremos firmes e resistentes nesta luta contra a implantação do Complexo de Belo Monte".

A decisão da CIDH solicita a paralisação imediata do processo de licenciamento e construção de Belo Monte está respaldada na Convenção Americana de Direitos Humanos, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração da ONU sobre Direitos Indígenas, na Convenção sobre Biodiversidade (CBD) e na própria Constituição Federal brasileira (Artigo 231).

Mais informações:

Antonia Melo, coordenadora MXVPS - (93) 9135-1505

Sheyla Juruna, liderança indígena MXVPS - (93) 8126-8674

Andressa Caldas, diretora Justiça Global - (21) 8187-0794

Marco Apolo, presidente SDDH - (91) 8156-0860

Roberta Amanajás, advogada SDDH - (91) 8162-1232

Astrid Puentes, co-diretora AIDA - +1 (202) 294-3285

Assessoria de comunicação MXVPS

Tica Minami - (11) 6597-8359

Verena Glass - (11) 9853-9950

[www.xinguvivo.org.br](http://www.xinguvivo.org.br)

**"Ao reconhecer os direitos dos povos indígenas à consulta prévia e informada, a CIDH está determinando que o governo brasileiro paralise o processo de construção de Belo Monte e garanta o direito de decidir dos indígenas"**

"A decisão da CIDH deixa claro que as decisões ditatoriais do governo brasileiro e da Justiça, em busca de um desenvolvimento a qualquer custo, constituem uma afronta às leis do país e aos direitos humanos das populações tradicionais locais", disse Antonia Melo, coordenadora do MXVPS.

"Nossos líderes não podem mais usar o desenvolvimento econômico como desculpa para ignorar os direitos humanos e empurrar goela abaixo projetos de destrui-

des obras do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento do governo. "São muitos casos de remoções forçadas de famílias que nunca foram indenizadas, em que há graves impactos ambientais, desestruturação social das comunidades, aumento da violência no entorno dos canteiros de obras e péssimas condições de trabalho".

Críticas ao projeto não vêm apenas da sociedade civil organizada e das comunidades locais, mas também de cientistas, pesquisadores, instituições do governo e personalidades internacionais. O Ministério Público Federal no Pará, sozinho, impetrou 10 ações judiciais contra o projeto, que ainda não foram julgadas definitivamente.

"Estou muito comovida com esta notícia", disse Sheyla Juruna, liderança indígena da comunidade Juruna do km 17, de Altamira. "Hoje, mais do que nunca, tenho certeza que estamos certos em de-

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## FALA COMUNIDADE

# Mais uma professora reintegrada à PUC-SP

*A professora Anna Maria Garzone ganhou seu processo de reintegração em duas instâncias legais. Abaixo transcrevemos um texto enviado pela professora ao PUCviva relatando estas vitórias.*

### 1 - No Tribunal Eclesiástico Regional de São Paulo:

A sentença diz:

1- "Houve por parte da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ato jurídico ilegítimo e ato doloso contra a Sr<sup>a</sup> Demandante Prof<sup>a</sup> Dra. Anna Maria Garzone Furtado, determinando-se preparação para seu retorno".

2- "Houve por parte da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo atos que lesaram ilegitimamente a boa fama da Sr<sup>a</sup> Demandante Prof<sup>a</sup> Dra. Anna Maria Garzone Furtado".

### 2 - No Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Instância:

"Os inúmeros elementos dos autos, em especial a volumosa documentação autuada em apartado, apenas fortalecem a convicção do Juízo ao demonstrar que por diversas vezes a reclamante foi tratada de forma desrespeitosa e incompatível com sua dignidade profissional. Está, pois, configurado o Assédio Moral, condenando à reclamada...".

Duas instâncias diferentes, entretanto, unânimes nos resultados finais.

Com o trabalho de tribunais imparciais, isentos e honestos na coleta e julgamento das provas, pode-se chegar às evidências das falcatruas, manipulações de atos e documentos que montaram uma trama política para retirar da profes-

sora sua dignidade profissional, numa instituição onde esteve por 45 anos entre aluna e docente. Acrescentando-se que o que contribuiu fundamentalmente para a sentença do Tribunal do Trabalho foi a ausência da Preposta, Alda Luiza Carlini, ex-coordenadora de Licenciatura, que na 1ª instância cometeu perjúrio, trazendo depoimentos totalmente inverídicos, autora de Assédio Moral, assumido pela instituição, contra a Prof<sup>a</sup> Anna Maria Garzone Furtado.

Com os constantes recursos da PUC-SP não apenas arrasta e insiste no que já está devidamente comprovado pelos tribunais, o Assédio Moral, constituindo-se num processo que vai para mais de dez anos, assim como se propõe a arcar com as indenizações, no lu-

gar de assumir, dignamente, os erros cometidos, inclusive não havendo nenhum tipo de punição aos responsáveis. Pelo contrário, até protegendo-os, uma vez que o último processo instaurado pela professora contra funcionários por atos de difamação pública e calúnias, foi "misteriosamente" arquivado, sem conhecimento algum por parte da autora.

Segundo a professora, "fui condenada na PUC-SP por mais de dez anos a trabalhos forçados, ou seja, no lugar do trabalho de docência, por mim escolhido, fui obrigada ao trabalho, independente de minha vontade, de buscar a justiça num país culturalmente corrupto", disse.

*O conteúdo deste artigo é de inteira responsabilidade da autora.*

## Resposta da Faculdade de Direito ao PUCviva

O jornal *PUCviva* publicou, na edição de 26/03/11 matéria maliciosa, intitulada "Direito discute com o reitor situação de professores com poucos créditos". A matéria destaca especialmente a última reunião que a Direção da Faculdade e os Chefes de Departamento tiveram com o reitor Dirceu de Mello e os secretários executivos da Fundação São Paulo. A matéria diz que o Diretor e os Chefes de Departamento da Faculdade de Direito antes de se reunirem com aquelas autoridades universitárias deveriam ter (a juízo deles, naturalmente), procurado "ampliar a discussão para todo o corpo docente" (sic). Passa então a matéria a tecer consi-

derações sobre o mérito de como deveria ter sido encaminhada a discussão que tivemos. Indiretamente insinua ainda que os professores de Direito não tem envolvimento com pesquisa e extensão ao receberem 2 (dois) ou 3 (três) créditos. Afirma que o envolvimento com o mercado não é prerrogativa do curso de Direito. Em primeiro lugar é preciso dizer que a Direção da Faculdade, sua equipe, e os Chefes de Departamento tem por obrigação jurídica e ética defenderem o projeto pedagógico do curso de Direito que prevê expressamente (ao contrário dos outros cursos), disciplinas de 2 (duas) e 3 (três) créditos. Só por isso já estaria

justificada uma visão e um tratamento diferenciado (não privilegiado) ao Curso de Direito. Ao aprovarem esse diferenciado número de créditos, a Universidade passou a reconhecer suas especificidades ou ao menos suas diferenças em relação aos demais cursos. Ao que se saibam, juízes, promotores, procuradores públicos, desembargadores, delegados são bacharéis em direito e a experiência profissional desses cargos é fundamental para o ensino jurídico. Nesse sentido não há como comparar essas especificidades com o mercado em geral. Caso o jornalista tivesse acesso ao que foi discutido na reunião saberia que o curso de Direi-

to da PUC-SP (e seus professores naturalmente) estão muito envolvidos em pesquisa e extensão, publicam, por exemplo, quase o triplo da maioria das Faculdades de Direito de maior destaque no Estado de São Paulo. Detém o maior número de cursos de extensão e especialização do Cogear. Não há sentido em querer colocar o Direito contra os outros cursos. Não é honesto, não é ético, ou justo. É preconceituoso e injustificado. É uma campanha fadada ao insucesso, certamente empunhada pelos pobres de espírito!

*Marcelo Figueiredo, Diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP.*

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# "Soberania e dignidade" é tema de atividades sobre o Haiti

Com realização do Comitê Pró Haiti Brasil e do ECLA (Espaço Cultural Latino Americano), o domingo, 3/4, foi marcado pela primeira atividade do evento *Haiti - Soberania e Dignidade*, que até o fim do mês de maio debaterá a dura realidade do país que vive sob domínio e opressão imperialista, agravado pelo terremoto de 2010. Vilma Lopes, representante do ECLA, abriu as falas dando boas vindas a todos os presentes, seguido por Zanini, membro do Comitê Pró Haiti, que repudiou o papel das tropas brasileiras no país.

Em seguida, Bia Abramides, presidente da APROPUC, reforçou a necessidade dos brasileiros se unirem em solidariedade ao

povo haitiano e lutarem pela retirada imediata das tropas de ocupação do país. Franck Seguy, sociólogo haitiano, afirmou que para se entender o Haiti é preciso compreender sua cultura, pois, segundo ele, trata-se de um povo de artistas. Bia Tratemberg, por sua vez, fez a leitura do texto "As crianças do Haiti", de Mairynk, e Lucia Skromov, comentou sobre o papel da mídia ao retratar o país.

St-Cyr Figolé, secretário geral do CATH, contou sobre a terrível situação de miséria da população haitiana, principalmente com a presença das tropas armadas da ONU que prestam um desserviço à população.

Todos os presentes puderam apreciar um delicioso almoço, com comidas e



Acima (esq), Bia Abramides, fala em nome da APROPUC ao lado de Amarildo Vieira, organizador da atividade. Abaixo (esq), os haitianos St-Cyr Figolé e Franck Seguy e acima (dir) o grupo formado por Ligiana, Carlinhos Antunes e Amoy Ribas.

bebidas típicas haitianas além de exposições de fotos, artesanatos e objetos do país, e algumas atrações musicais. A APROPUC

apoiava a atividade e, na ocasião, distribuiu a publicação especial da *Revista PUCviva* sobre o Haiti para todos os presentes.

## Após nove anos, Gegê é finalmente absolvido

O militante do movimento de moradia Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, foi absolvido por unanimidade em júri popular, na última terça-feira, 5/4, no Fórum Criminal da Barra Funda. Desde 2002, o líder do Movimento de Moradia no Centro (MMC) vinha sendo acusado por co-autoria em um assassinato (o ativista teria dado carona ao assassino na ocasião).

Durante o julgamento, que teve duração de dois dias, falaram pela defesa o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o cantor Chico César, irmão de Gegê, e a missio-



Em frente ao Fórum Criminal, Gegê comenta sobre absolvição logo após final do julgamento.

nária e advogada americana Michael Mary Nolan, que acompanha o caso desde o início. Pela acusação, testemunharam antigos líderes do Movimento de Moradia dos Trabalhadores Individuais (MMTI), que na época do crime disputavam a frente dos sem-teto com o MMC.

Porém, a tese da acu-

sação caiu por terra, quando o próprio responsável pela acusação, o promotor Roberto Tardelli, questionou o processo e pediu ao júri a absolvição de Gegê, que durante os últimos nove anos foi considerado, em diversos momentos, foragido pela Justiça e chegou a ficar preso por cerca de dois meses.

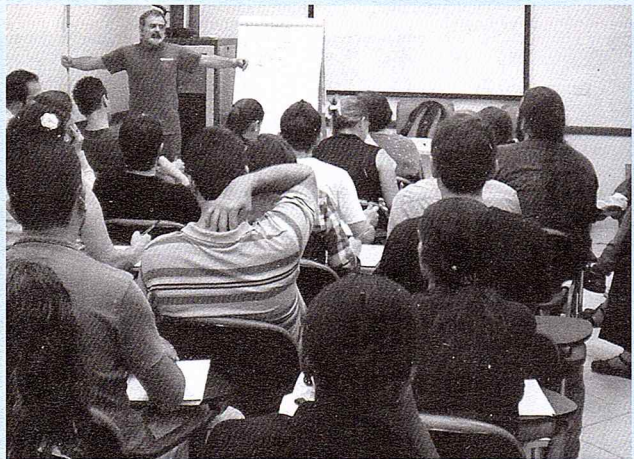
## Ato em defesa do SUS

Além da greve dos médicos da rede privada, o Dia Mundial da Saúde (7/4), também foi marcado por mobilizações contra a privatização da saúde pública. Organizado pela Intersindical, CSP-Conlutas, CUT, CTB, executivas de curso de saúde e o Fórum Popular de Saúde, o ato em defesa do SUS contou com a presença de mais de 2 mil pessoas.

Os ativistas, que denunciavam a privatização parcial de vagas, o corte de repasses orçamentários e as terceirizações de gestão, foram em passeata do MASP até a sede do Ministério Público de São Paulo, no Largo São Francisco, passando pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Câmara dos Vereadores.

# ROLA NA RAMPA

## Ciclo de Debates com Sérgio Lessa



VALERIO PAIVA

Na quarta, 6/4, foi realizada, na sede da APROPUC, uma aula pública com o professor Sérgio Lessa, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas, e sob a coordenação da Prof. Lucia Barroco, da PUC-SP. Na aula foi debatido o processo histó-

rico da sociedade de classes, das relações de trabalho e da ontologia. Essa aula faz parte de um ciclo de palestras, ministrado pelo professor que debaterá as Relações de Trabalho e a Ontologia. Dando continuidade ao tema, mais uma atividade será realizada também na sede da APROPUC, na sexta, 15/4, às 19h.

## Comitê Unificado tem nova reunião nesta semana

Na próxima terça, 12/4, às 18h, na sede da APROPUC, será realizado mais uma reunião do Comitê Unificado. Na última reunião, além da discussão sobre a importância de cada setor ter sua pauta principal, foi constatada, por meio das problemáticas levantadas, que todas as reivindicações demonstram como cada setor está sendo afetado pela precarização do ensino e do trabalho. Os diversos Centros Acadêmico e grupos presentes na reunião le-

vantaram problemas que vêm enfrentando, como no caso do curso de Direito, com o aumento da média para nota sete, o corte de turmas na FEA, a questão dos cursos de licenciatura na Sociais e o atraso na implementação da Agência Online, no curso de Jornalismo. Estudantes, professores e funcionários estão convidados para participar da próxima reunião do Comitê para discutir qual a melhor maneira de tocar estas questões.

## Ovos de Páscoa na AFAPUC

A AFAPUC está promovendo a sua tradicional venda de ovos de Páscoa da marca Cacau Show. Os funcionários poderão adquirir os ovos de Páscoa no corredor da

Cardoso de Almeida, na sede da AFAPUC, de 11 à 15/4, das 9h às 17h. Os valores serão descontados nas folhas de pagamento dos meses de maio e junho.

## Terminam inscrições para bolsas

Após reunião com representantes de diversos Centros Acadêmicos e coletivos, no último dia 21/3, foi aprovada enfim a abertura de edital para 100 bolsas integrais custeadas pela universidade. Atendendo assim a uma das condições dos estudantes para a desocupação da Reitoria em novembro de 2010. Para compreender o tamanho a importância da conquista, des-

de 2009 a PUC-SP não abria edital de bolsas. Os estudantes negaram a proposta das últimas reuniões, que havia estipulado bolsas de apenas 50%, e exigiram também que inadimplentes pudessem concorrer a esse edital - proposta também aceita pelos gestores. As inscrições para o processo se encerraram no dia 8/4 e o resultado dos alunos pré-selecionados saí no dia 15/4.

## Ato-debate em defesa de Cesare Battisti

Dia 14/4, às 19h30, no Auditório Paulo de Barros Carvalho (sala 239 do campus Monte Alegre), será realizado um grande debate sobre o caso Battisti, organizado por Carlos Lugarzo (membro da Anistia Internacional) e pelo departamento de Jornalismo da PUC-SP, com a presença de Celso Lungaretti (escritor e jornalista), Dalmo Dallari (jurista da ONU e professor da USP), Eduardo Suplicy (senador pelo PT), José Arbex Jr. e Lucio Flávio Rodrigues (professores da PUC-SP). Os debatedores farão exposições sobre abusos de direitos humanos, cobertura da mídia e aspectos históricos, jurídicos, institucionais e políticos da perseguição ao italiano. Após as exposições o público poderá fazer questionamentos.

## Semana de Prevenção de Acidentes

Teve início, no último dia 1/4, em todos os campi da PUC-SP, a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), atividade promovida pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) da universidade. Durante o evento, os funcionários do campus Monte Alegre poderão participar, uma vez por semana, de sessões de Ginástica Laboratorial e Auto Massagem em seus próprios setores. No dia 11/4, acontece, no auditório 134 C (Prédio Novo), às 14h30, um evento de combate ao tabagismo. Nos outros campi, entre os dias 13 e 15/4, ocorrem atividades relacionadas ao Dia Mundial da Voz, com distribuição de garrafas de água. O encerramento oficial da SIPAT acontece no dia 29/4.

## 140 anos da Comuna de Paris

Entre os dias 23 e 27/5, será realizada uma semana comemorativa dos 140 anos da Comuna de Paris. O tema da semana é *Tomando o Céu de Assalto - Da Comuna de Paris à Comuna de Oaxaca: 140 anos de experiências de auto-organização dos trabalhadores*. A atividade é promovida pela APROPUC, Núcleo de Estudos de Ide-

ologias e Lutas Sociais (NEILS), Núcleo de Estudos de História e o Conselho dos Centros Acadêmicos da PUC-SP (CCA). Além dessa semana, a APROPUC lançará uma revista *PUCviva* especial sobre o tema e está iniciando o processo de coleta de artigos. Os interessados devem enviar seus textos para [apropucsp.org.br](http://apropucsp.org.br)